

I

“A última coisa que alguém sabe é por onde começar” – escreveu Pascal, cujos 400 anos do nascimento se comemoraram ontem, assinalados, aliás, por uma belíssima Carta Apostólica do Papa Francisco, a que não será alheia a mão do nosso Cardeal Tolentino.

“A última coisa que alguém sabe é por onde começar” – também não sei, tanto mais que falta o talento e o conhecimento de ciência económica e de política económica e financeira para fazer o retrato grande e justo de uma cultora, a todos os títulos, emérita das artes e dos engenhos da economia. Tenho fé, todavia, que, chegado ao fim deste arrazoado de palavras, possa, ao menos, saber por onde deveria ter começado. Para já, e com a liberdade que a ignorância sempre permite, começarei assim.

Manuela Ferreira Leite nasceu em plena II Guerra Mundial, foi uma estudante brilhante, tendo concluído a sua licenciatura em Economia nesta casa em 1963, quando havia já começado o Concílio Vaticano II. Inaugura então uma carreira de investigação e de docência, que se estenderá por cerca de duas décadas e onde pontificarão três instituições: esta *Alma Mater*, a Fundação Callouste Gulbenkian e o Banco de Portugal. Nos seus trabalhos mais conhecidos, sobressai a intersecção de dois domínios que haviam mais tarde de marcar pontos altos da sua actividade política: a economia e a educação e, designadamente, a economia da educação.

Neste ambiente, de meados dos anos 60 e de início dos 70, Manuela Ferreira Leite fez parte de uma elite, de um escol, muito activo em Lisboa mas também no Porto, de jovens profissionais e académicos, com ligações sólidas aos movimentos e às dinâmicas da Igreja pós-conciliar. Jovens que, nesses meios profissionais

modernos e cosmopolitas, muito envolvidos em grupos católicos das várias correntes, treinaram a intervenção cívica, criaram as sementes do activismo, sonharam uma sociedade democrática, pluralista, liberal, ocidental. Quando chegou a Revolução, esta elite jovem estava preparada para a defesa da democracia ocidental, para a resistência à instauração da ditadura comunista e para a recusa dos radicalismos esquerdistas. É justamente dessas fileiras que sai Sá Carneiro e saem tantos outros. Quando se fala do PREC, muitos detêm-se no papel do PCP, dos grupúsculos radicais, dos militares e até do PS e de Mário Soares. Mas quase todos esquecem que esta mole de jovens, treinada na vivência católica pós-conciliar, foi nas escolas dos filhos, nas empresas, nas universidades em que leccionavam, em escritórios e em hospitais, nas praças das manifestações, foi – dizia –

o fermento da moderação e do bom senso, que haveria de dar a vitória a um modelo ocidental de

democracia. A jovem Manuela Ferreira Leite, na aspiração dos seus trinta e poucos anos, representa na perfeição essa geração vibrante de largos e larguíssimos milhares que não se alhearam, que quiseram dizer “não” e quiseram dizer “sim” e que, finalmente, se fizeram disponíveis.

III

É essa disponibilidade para servir a causa pública, que se manifesta no primeiro patamar governativo que assume, como chefe de Gabinete do Ministro das Finanças Cavaco Silva, no Governo Sá Carneiro de 1980. Cavaco Silva, com quem se cruzara em vários dos palcos de trabalho e que se tornará uma referência política incontornável. Mais tarde, já nos seus Governos, assumirá a Direcção-Geral da Contabilidade Pública e, depois, a Secretaria de Estado do Orçamento, para em 1993, enfrentar um dos desafios da sua vida: o

Ministério da Educação. Seguir-se-á uma carreira parlamentar de grande relevo e distinção, hoje algo esquecida, chegando, aliás, a presidir ao Grupo Parlamentar. Em 2002, assume finalmente o que o destino bem cedo lhe reservara: o cargo de Ministra de Estado e das Finanças.

O seu apurado sentido institucional, patriótico e de Estado deixa na penumbra o empenho que sempre pôs na actividade partidária, já claramente reconhecível na sua destreza parlamentar. A ligação e o compromisso com o seu partido, ilustra-se bem nos vários cargos nacionais que ocupou, incluindo a vice-presidência durante a liderança do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, ou então a presidência da distrital de Lisboa e até a sua ligação autárquica a Arganil. Esta afeição ao partido explica que, numa situação deveras difícil e até hostil, se tivesse candidatado à liderança do PSD e tivesse vencido essas eleições internas.

IV

Já agora, e em parêntesis, permitam-me uma inconfidência. Conhecendo bem as suas qualidades políticas, profissionais e pessoais, tendo presente aquela que foi sempre a sua inabalável credibilidade, muitos se perguntaram e me perguntaram porque não teve Manuela Ferreira Leite sucesso como líder da oposição, chegando à chefia do Governo. Muitas vezes me questionei, muitas vezes alvitrei razões e esbocei teorias. Até que, relendo Agustina, agora pelo centenário, em *O Comum dos Mortais*, a pág. 222, a respeito de um personagem um tanto sinistro que esteve à beira de ser Presidente do Conselho, finalmente percebi. É ele mesmo quem explica. Escreve Agustina “no tempo em que quase foi possível convencê-lo a fazer governo [Marcos disse]: tenho as qualidades, mas faltam-me os defeitos”.

V

Manuela Ferreira Leite foi a primeira mulher em Portugal que ocupou as pastas da Educação e das Finanças e foi também a primeira – e até agora a única – mulher a chefiar um dos grandes partidos portugueses. Embora nada atreita a um discurso mais feminista e muito resistente às chamadas quotas, a verdade é que foi sempre uma defensora intransigente da igualdade entre mulheres e homens e da plena participação das mulheres no mundo do trabalho e da política.

E aqui há um conjunto de características pessoais só acessíveis aos que com ela privaram e privam que, não sendo apanágio do género feminino, denotam uma maneira muito própria e diferente de estar na política e, posso dizê-lo, na vida. e.

A primeira é a sua enorme delicadeza de trato, quase a tocar a timidez. Se há algo que verdadeiramente aflige e condiciona a nossa homenageada é a ideia de

que pode incomodar ou sobrecarregar alguém. Apesar das ideias claras, da sua enorme determinação e da imagem externa de gravidade e autoridade, tem alergia às imposições (e já agora aos impostos). Os seus pedidos são sempre de uma suavidade desconcertante.

A segunda é a aversão genética às luzes da ribalta. Malgrado toda a sua experiência mediática e de debate parlamentar, a sobredita timidez redundava numa discricção quase constitucional e numa recusa da exposição. Afável e social, prefere o recato à multidão, mesmo que só mediática ou digital.

A terceira é o rigor – sempre o rigor – na condução das reuniões, em que se cumpre a agenda, se consegue ouvir o contributo de cada qual e se termina escrupulosamente à hora marcada. Nunca vi tanta eficiência e produtividade em reuniões. Os atrasos, o perder tempo em conversas laterais, as intervenções intermináveis não têm lugar nas reuniões a que preside, porque nada trava uma obrigação ou devoção familiar

ou pessoal. Não há assunto de Estado que resista ao biberão de um neto.

A quarta, a mais surpreendente para todos os que estão de fora e a mais esperada para os que estão de dentro, é o seu sentido de humor. Manuela Ferreira Leite é senhora de um humor fino, abundante e frequente. A gravitas da ribalta, dentro de portas, volve-se em graça, chiste ou ironia. A sua capacidade de rir de si mesma ou das situações em que se pôs ou encontra é lendária. Manuela Ferreira Leite leva a vida muita a sério, mas não se leva a si mesma demasiado a sério. Aprendeu a lição de S. Tomás Moro, padroeiro dos políticos: “Grant me, oh Lord, a sense of good humour”.

V

Deixando de lado estes traços pessoais e passando às marcas do seu pensamento económico, que, diga-se a verdade,

– não independem uns dos outros tanto como poderia excogitar-se –

convém pôr em destaque a visão integrada e global da economia de Manuela Ferreira Leite, de modo algum refém de uma óptica isolada das finanças públicas. É bem verdade que teve de passar pela pasta das Finanças em momentos muito desafiantes, mas olhou para elas sempre como um instrumento e um pressuposto de uma visão económica geral e integrada, posta ao serviço da pessoa, das empresas e da sociedade. Se isso é transparente em toda a sua acção política, é absolutamente cristalino nos seus incontáveis escritos e intervenções, seja de vezo académico, seja de pura análise económica ou política.

Ainda antes de uma reflexão mais profunda, sublinhemos dois pontos que aqueles que conviveram e convivem de perto bem conhecem.

Sendo uma intrépida defensora da economia de mercado, da livre iniciativa e da subsidiariedade do Estado, Manuela Ferreira Leite é e foi sempre uma cultora convicta da economia social de mercado, inspirada pelos valores cristãos e pela doutrina social da Igreja. É constante a sua preocupação com os mais vulneráveis, com a dignidade e a decência das condições de vida das famílias, com a viabilidade e desenvolvimento das pequenas empresas e dos pequenos negócios. Ferreira Leite foi sempre uma liberalizadora, mas nunca foi nem será, economicamente, uma liberal.

E, por outro lado, e contra o preconceito que, por vezes, se atribui a políticos do centro e do centro-direita, foi sempre uma defensora e zeladora da chamada função pública. Porque conhece como poucos a nossa administração pública, Manuela Ferreira Leite, nunca abdicando de um propósito reformista no qual tanto e tantas vezes se empenhou, recusou terminantemente a

diabolização dos funcionários públicos e do seu lugar no Estado e na sociedade portuguesa. Como servidora pública exemplar, ela defendeu sempre que necessitamos de uma administração pública ágil, qualificada e competitiva. Combateu como poucos o Estado flácido, mas nunca deixou de lutar por um Estado atlético: elegante, bem proporcionado, forte.

Merece a pena ir mais além conhecer o sentido profundo da sua visão da economia – que é como veremos, uma visão total, mas não totalitária, integral, mas não integralista, que aspira à radicalidade, mas não é radical, que almeja à plenitude mas não é plena.

Sabemos bem que o étimo grego “Oikonomia” significa a “administração ou norma da casa” ou como hoje se diria, e logo no ISEG, “a gestão da casa”. É, de resto, nesse sentido funcional de administração ou gestão que Aristóteles usa o termo – que, aliás, também S. Lucas emprega no seu Evangelho, a propósito da parábola do mau administrador (16, 2-4). Esta raiz

seminal da economia como administração da casa está outrossim patente no pensamento e na pedagogia pública de Manuela Ferreira Leite. Seja como Ministra, seja como analista ou comentadora, é recorrente que Manuela se sirva da vida quotidiana e, designadamente, da vida da casa, da loja ou da empresa para explicar fenómenos e relações económicas e macroeconómicas complexas. Faz parte do seu discurso – lembro o comentário televisivo ou os simplesmente notáveis artigos do Expresso – esta capacidade inata de “concretizar”, de exemplificar, de descer à terra. Aí está ainda a semente da professora, da pedagoga, da educadora, que explica e ensina a economia com a subtileza e a facilidade da sua muito antepassada “Oikonomia”.

A mundividência da economia de Ferreira Leite – o seu pensamento económico – atira, porém, muito mais longe e nutre-se muito mais fundo. Em linguagem moderna, a sua visão é claramente a que resulta da

constituição conciliar *Gaudium et Spes*, nos seus números 67-72, que, na verdade, recolhe os grandes ensinamentos da *Rerum Novarum*, de Leão XIII, da *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, e da *Mater et Magistra*, de João XXIII; depois reafirmados, seja na *Laborem Exercens* ou na *Centesimus Annus*, de João Paulo II, seja na *Laudato Se* de Francisco. A ideia da dignidade do trabalho, da propriedade como extensão da liberdade humana, do destino universal de todos os bens e da exortação a que os cristãos tomem parte activa no desenvolvimento económico-social para realizar a justiça está no coração do pensamento e da acção de Manuela Ferreira Leite.

Mas para caracterizar melhor a dita mundividência “ferreiroleitiana” – onde verdadeiramente a pessoa não depende do pensamento – arriscava a ir a fontes remotas e longínquas, parando nas epístolas de S. Paulo – os textos mais antigos do Novo Testamento. Também aí se surpreende a palavra “Oikonomia”, mas agora num

sentido muito mais completo e complexo do que o assumido por Aristóteles. A economia não como mera gestão do dia a dia, mas como a encarnação ou a hipóstase do plano ou do mistério de Deus, como o conjunto de meios ordenados à salvação da pessoa, à realização integral e plena da pessoa. Isso é visível na Carta aos Colossenses (1, 24-26) e na Carta aos Efésios (1, 9-10), embora Frederico Lourenço prefira ali a tradução “administração”, lá onde Tolentino de Mendonça insiste na versão literal “economia”. Sem grandes disputas, talvez valha a pena parar na primeira Carta a Timóteo, 1, versículo 4, onde se escreve em grego, *ipsis verbis*, “*Oikonomia Theou*” – nada mais nada menos do que esse conceito belíssimo e merecedor de contemplação autónoma a “economia de Deus”.

Pois bem, talvez seja demasiado atrevido e pretensioso, quiçá temerário, ver na dialéctica do pensamento-acção de Manuela Ferreira Leite um reflexo

ou, ao menos, uma refacção desse conceito paulino da “economia de Deus”. Muitos julgarão que é coisa pia, beata ou devocional; outros, fórmula nua, vácuca ou vazia.

Mas se cotejarmos o pensamento económico de Manuela Ferreira Leite com as suas proverbiais rectidão, seriedade e probidade e, mais ainda, com a sua universalmente reconhecida intenção recta à verdade, talvez a invocação não seja impertinente.

Intenção recta à verdade não apenas como simples ausência da mentira, da omissão e da manipulação – dimensão que também está presente no seu discurso sempre franco, directo e frontal –,

mas à verdade como autenticidade, como caminho de Vida – ainda e sempre no sentido cristão d’Aquele que é o caminho, a verdade e a vida.

Pense-se o que se pensar, a convicção, a doutrina e a praxis económica de Manuela Ferreira Leite, se não

puderem ser apodadas, arrancando da carta a Timóteo, como uma “economia de Deus”, serão, pelo menos, isso seguramente, uma parte da “economia de Deus”. Bem sabemos que é, ali, nas cartas, um conceito teológico, mas nada impede que possa ser aqui ser uma “teologia económica” inspirada na velha “teologia política” à guisa Carl Schmitt – que não vê na doutrina do Estado ou nos conceitos das ciências sociais senão uma secularização de conceitos e problemas religiosos.

VII

Aquelas três passagens políticas de primeiro relevo – Ministério da Educação, Ministério das Finanças e depois liderança da oposição – desvendam um traço de Manuela Ferreira Leite absolutamente definidor: a sua capacidade de sacrifício, o seu sentido de serviço, o seu profundo desapego. Nos dois consulados ministeriais, ousou tomar medidas estruturais muito impopulares e

contestadas, sofrendo-as com um estoicismo patriótico. Como líder da oposição, com inigualável um sentido do dever – muito mais do que comprazimento ou até realização – subiu ao calvário de todos os padecimentos. Em todas estas ocasiões, rodeadas de uma imprensa hostil que distorce e desfigura, nunca a descurando, sacrificou a família e, em especial, os seus filhos – que são alfa e ómega da sua existência, alfa e ómega da sua essência.

Mas este traço aqui é mesmo um pilar do carácter de Manuela: o dever acima dos direitos, o serviço acima dos interesses. E por isso quadra bem à personalidade de Manuela Ferreira Leite – e quadra ainda melhor, porque mulher crente e de fé inabalável – a observação de Jorge Luís Borges, no seu livro de contos Aleph de 1949. Dizia o argentino

“Morir por una religión es más simple que vivirla con plenitud” ou seja, “Morrer por uma religião é mais fácil do que vivê-la em plenitude”.

Pois bem, Manuela Ferreira Leite não tem o egoísmo nem o vedetismo dos heróis. Ser herói é um acto único, extremo e supremo. Muito mais difícil, árduo e exigente é ser crente, justa e generosa, em cada dia e em cada semana. O exemplo de vida e de carácter de Ferreira Leite, na política e fora dela, é esse mesmo: viver em plenitude e quotidianamente os seus valores é bem mais difícil do que, heroicamente e em acto único, deixar-se morrer por eles.

Morrer por uma religião é mais simples do que vivê-la em plenitude.

VII

Aqui chegado, e guiado, não por Pascal, mas por Sophia, já sei por onde começar:

PORQUE...

Porque os outros se mascaram mas tu não

Porque os outros usam a virtude

Para comprar o que não tem perdão.

Porque os outros têm medo mas tu não.

Porque os outros são os túmulos caiados

Onde germina calada a podridão.

Porque os outros se calam mas tu não.

Porque os outros se compram e se vendem

E os seus gestos dão sempre dividendo.

Porque os outros são hábeis mas tu não.

Porque os outros vão à sombra dos abrigos

E tu vais de mãos dadas com os perigos.

Porque os outros calculam mas tu não.